

PROPULSORES ESTRUTURAIS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DOS MUNICÍPIOS

Roberta de Cássia Macedo¹
Simone Cristina Dufloth²
Daniela Viegas da Costa Nascimento³
Marina Costa C. de Paul⁴

RESUMO

O presente artigo apresenta a discussão temática acerca de quatro propulsores para o desenvolvimento econômico e social dos municípios: desenvolvimento local, redes de relacionamento, inclusão digital e educação à distância no ensino superior. É um estudo bibliográfico e exploratório que estabelece reflexões acerca do relacionamento entre os principais aspectos desses quatro construtos. Como resultado infere-se que as relações entre os quatro construtos se estabelecem positivamente de forma mútua e recíproca dentro de um cenário de expansão de oportunidades para a população local nos âmbitos econômico e social.

Palavras-chave: Educação a Distância, Teoria das Redes, Desenvolvimento Local, Inclusão Digital.

STRUCTURAL PROPULSORS FOR THE ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT OF MUNICIPALITIES

ABSTRACT

This article presents the thematic discussion about four drivers for the economic and social development of municipalities: local development, relationship networks, digital inclusion and distance education in higher education. It is a bibliographic and exploratory study that establishes reflections about the relationship between the main aspects of these four constructs. As a result, it is inferred that the relations between the four constructs are established positively in a mutual and reciprocal way within a scenario of expansion of opportunities for the local population in the economic and social spheres.

Keywords: Distance Education, Theory of Networks, Local Development, Digital Inclusion.

¹ Doutoranda e Professora, Centro Universitário UNA. Rua dos Aimorés, 1451. Bairro Lourdes – Belo Horizonte– MG – Brasil. roberta.c.macedo@gmail.com

² Doutora e Professora, Centro Universitário UNA. Rua dos Aimorés, 1451. Bairro Lourdes – Belo Horizonte– MG – Brasil. sduf@uol.com.br

³ Doutoranda e Professora, Centro Universitário UNA. Rua dos Aimorés, 1451. Bairro Lourdes – Belo Horizonte– MG – Brasil. danielacosta@prof.una.br

⁴ Pesquisadora, Centro Universitário UNA. Rua dos Aimorés, 1451. Bairro Lourdes – Belo Horizonte– MG – Brasil. marinaccpaulo@gmail.com

INTRODUÇÃO

As desigualdades sociais e econômicas encontradas na população brasileira podem ser minimizadas a partir da utilização de quatro potenciais propulsores econômicos e sociais. Esses propulsores foram selecionados a partir da experiência dos autores e são: desenvolvimento local, redes de relacionamento, inclusão digital e educação à distância.

As novas tecnologias retrataram a possibilidade ampliada de acesso a novos conhecimentos e informações em um ambiente virtual de interatividade multidirecional capaz de superar barreiras espaciais e temporais. Assim, as distâncias não seriam mais elementos determinantes das desigualdades e as informações poderiam ser rapidamente processadas. A sociedade da informação e do conhecimento emergiu para caracterizar uma era de grandes mudanças, com a superação de dificuldades e a quebra de paradigmas.

Entretanto, com a sociedade da informação e do conhecimento, também surgem novos obstáculos. Para que as novas tecnologias possam ser efetivamente utilizadas e, para que elas tragam os benefícios esperados para o desenvolvimento econômico e social dos municípios brasileiros, faz-se necessário a existência da infraestrutura básica, que possa viabilizar o acesso da população. A existência de condições mínimas de acesso às tecnologias de informação e comunicação retrata, pois, um pré-requisito essencial às iniciativas para o desenvolvimento econômico e social dos municípios brasileiros.

Desta forma, parte-se da premissa que no século XXI e nos termos da sociedade da informação e comunicação, os propulsores econômicos e sociais aqui apresentados podem-se consolidar dentro do nível de abrangência desejado a partir da sua combinação e complementariedade mútua. Assim, o presente artigo apresenta a discussão temática acerca do relacionamento entre o desenvolvimento local, as redes de relacionamento, a inclusão digital e a educação à distância e seus reflexos para o desenvolvimento econômico e social dos municípios brasileiros.

Desenvolvimento local

O desenvolvimento local constitui-se em uma estratégia de organização de um ambiente produtivo inovador, no qual maneiras de colaboração e integração das cadeias produtivas e das redes econômicas e sociais se ampliam e se institucionalizam de tal modo a expandirem as oportunidades locais. O resultado do esforço é a geração de trabalho e renda, atração de novos negócios e criação de condições para o desenvolvimento (Coelho, 2001).

A partir de 1990, com a reforma do Estado, o discurso do desenvolvimento local se posiciona frente aos desafios da globalização com os aspectos locais. O Estado incorpora um

conjunto de inovações administrativas difundidas em escala global, que representam, segundo Souza e Carvalho (1999, apud Azevedo, 2004), um processo que envolve atores políticos e sociais que estimula a participação das esferas do setor privado e da sociedade civil na formulação e implementação de políticas públicas.

O novo modelo de desenvolvimento passou a considerar não apenas o crescimento produtivo, mas também a melhoria da qualidade de vida, equidade, democratização, participação cidadã e na proteção ambiental (Costa; Cunha, 2002).

Nessa conjuntura, surgem as propostas de desenvolvimento local endógeno. O desenvolvimento local endógeno defende o atendimento às necessidades e demandas da população por meio da participação ativa da comunidade envolvida. Muito além de se posicionar beneficentemente dentro do sistema produtivo na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é conquistar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade em seu conjunto. “Além de influenciar os aspectos produtivos, a estratégia de desenvolvimento procura atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade” (Barquero, 2002, p. 39).

A lógica preponderante, portanto, seria a da colaboração e da solidariedade, da participação e da gestão local, preservando sua substância em cidadania e equidade. O reconhecimento destes fatores, portanto, é de essencial importância, uma vez que o desenvolvimento local está vinculado à organização social e às relações cívicas, isto é, maior o civismo, melhor o desenvolvimento econômico e social.

Para o enfrentamento das desigualdades na esfera econômica, a sustentabilidade do desenvolvimento requer a descoberta das potencialidades locais. O desenvolvimento local remeteria à ideia de uma economia flexível, capaz de adaptar-se às mudanças e constituir uma alternativa de crescimento sustentado (Azevedo, 2004).

Nesse sentido, é fundamental estabelecer relacionamentos eficazes, em busca da manutenção de um desenvolvimento sólido. As redes sociais precisam ser construídas e mantidas para o intercâmbio de informações, competências e experiências.

Redes de relacionamentos

As redes de relacionamentos proporcionam contatos com diversos indivíduos e podem gerar retornos elevados nos âmbitos cultural, social e econômico. Borgatti et al. (2009) asseguram que os indivíduos estão introduzidos em teias espessas de relações e interações sociais. Pesquisadores da teoria das redes afirmam que as redes de relacionamentos ou rede sociais influenciam o capital social de seus participantes.

Para Souza e Quandt (2008, p. 53), “[...] redes sociais são estruturas complexas e integrativas que envolvem troca de informação, conhecimento e competência”. Já o capital social conceitua-se como o investimento em relações sociais com expectativa de retorno (Lin, 2001). Assim, indivíduos se engajam em interações e *networking* para produzir o superávit em seus relacionamentos. Burt (2001) acredita que o capital social é um complemento contextual do capital humano, pois a pessoa que faz melhor de alguma maneira está mais bem conectada. Melhores conexões fazem as pessoas desfrutar de retornos elevados.

A compreensão do capital social exige uma análise mais refinada das estruturas específicas da rede que está sendo avaliada. Essas análises podem ocorrer tanto por meio dos laços diretos, quanto dos laços indiretos da estrutura global da rede de relacionamentos dentro da qual os indivíduos estão inseridos (Adler; Kwon, 2000).

Ao transpor essa análise do indivíduo para o campo empresarial, o que se percebe é que as empresas necessitam investir em um capital social para que seja possível o indivíduo produzir interações e, conseqüentemente, formar a sua rede social. Souza e Quandt (2008) afirmam que as redes sociais podem resultar de objetivos econômicos, culturais, políticos, informacionais, entre outros.

Dessa maneira, é possível sustentar que as relações de negócios se misturam com as relações sociais (Granovetter, 2007). Adicionalmente, a percepção da rede no que tange a sua formação e interação (a quem a pessoa está conectada e como esses contatos estão interligados), permite acessos a recursos que conduzem a melhores empregos e promoções rápidas (Borgatti et al., 2009). Isto posto, Burt (2001) argumenta que uma rede dispersa, com poucos laços redundantes, muitas vezes, proporciona maiores benefícios ao capital social (Adler; Kwon, 2000).

Em contrapartida as redes dispersas, têm-se as redes fechadas (*network closure*) que são redes em que todos estão conectados de tal forma que ninguém pode escapar do aviso de outros, o que, em termos operacionais, geralmente significa uma densa rede (Burt, 2001). As redes densas reforçam a confiança e o compartilhamento de normas, tornando, assim, as instituições democráticas e com funcionamento eficaz (Adler; Kwon, 2000).

Ao visualizar as diversas redes de relacionamento é possível verificar entre elas o que Burt (2001) denomina buracos estruturais. Os buracos estruturais são ligações a grupos que, de outra forma, não estariam conectados. Tais ligações são feitas por indivíduos que ocupam grupos de relacionamentos diferentes. Cada grupo de cada lado dos buracos estruturais apresenta diferentes fluxos de informações. Os buracos estruturais são, portanto, uma

oportunidade para intermediar o fluxo de informações entre os grupos e controlar os projetos que reúnem pessoas de lados opostos do buraco.

Assim, os indivíduos que dispõem de uma rede de contato rica em buracos estruturais são as pessoas que exercem controle sobre as oportunidades mais gratificantes (Burt, 2001). A conexão dos indivíduos em suas redes de relacionamentos pode ser operacionalizada de diversas formas. Atualmente, a tecnologia tem-se apresentado como um facilitador para a interação nas redes sociais e, nesse cenário a inclusão digital passa a ser um importante elemento potencializador das redes de relacionamento.

Inclusão digital

No âmbito de inclusão social, Akhras (2011), afirma que ela é uma estratégia criada pela própria sociedade em que as pessoas que estão excluídas daquele meio precisam se adaptar ao novo ambiente, no intuito de participar de um sistema interpessoal assumindo os seus deveres e direitos dentro daquele grupo. Entretanto, a sociedade também precisa se adequar aos novos membros, buscando atender as necessidades e acolher de forma empática aqueles que estão ingressando ao sistema que, claramente, busca uma igualdade.

Para Montardo e Passerino (2007) a inclusão digital pode ser conceituada como o direito efetivo ao acesso às redes de informação digital para o desenvolvimento intelectual, ultrapassando a ideia de se ter somente o acesso a aparelhos eletrônicos que possam se conectar a uma rede. Chagas e Mattos (2008); Silveira e Cassino (2003) explicitam ainda que em locais apartados há um fator econômico limitante para a inclusão digital. Isto porque a infraestrutura local pode ser incapaz de propiciar o acesso a linhas telefônicas e, conseqüentemente, a rede de comunicação.

Ainda nesse contexto, há outros recursos que estão ligados diretamente à inclusão digital. Esses recursos são complementares ao acesso à rede de comunicação, mas, possuem alta relevância para a inclusão digital do indivíduo. Esses recursos são o conhecimento e o fator cognitivo que levam ao conhecimento. O fator cognitivo exclui ou inclui o cidadão quando exposto a novas oportunidades. Logo, se não há condições cognitivas adequadas para processar as informações, transformando-as em conhecimento, inibe-se possibilidades de inserção, por exemplo, no mercado de trabalho (Mattos, 2005).

Para além das condições cognitivas do indivíduo, a inclusão digital para ser alcançada também necessita do apoio de políticas públicas. Abreu et al. (2011) definem política pública como um conjunto de ações do governo que causam efeitos específicos capazes de influenciar a vida das pessoas. Ainda segundo o autor, políticas públicas no âmbito da inclusão digital são

criadas com o objetivo de atingir os seguintes aspectos: (i) inserir o cidadão no mercado de trabalho e gerar renda; (ii) melhorar o relacionamento interpessoal entre os indivíduos e também entre os poderes públicos; (iii) melhorar e facilitar as tarefas cotidianas das pessoas; (iv) desenvolver os valores sociais e culturais e aprimorar a cidadania; (v) propagar o conhecimento tecnológico.

Como exemplo de política pública no âmbito da inclusão digital, o Ministério da Ciência e tecnologia (2015) criou um Programa de Inclusão Digital que busca implementar centros que propiciam o acesso a tecnologia, capacitando o usuário em informática básica e navegação à internet. O programa busca atender os centros urbanos, e, principalmente os municípios longínquos às metrópoles por meio do critério de menor IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

No entanto, na prática, pouco ainda se vê de investimento em inclusão digital por parte do setor público. Assim, ações que podem fomentar a ampliação cognitiva do indivíduo, como o acesso a educação à distância acabam por estagnar como efeito da falta de acesso as redes de comunicação da inclusão digital.

Educação à distância

A Educação à distância constitui um recurso incalculável em importância para atender grandes contingentes de alunos, de forma mais efetiva que outras modalidades e sem riscos de reduzir a qualidade dos serviços oferecidos (Nunes, 1994). Isso é possível pelas novas tecnologias nas áreas de informação e comunicação que estão abrindo novas possibilidades para os processos de ensino-aprendizagem a distância. Novas abordagens têm surgido em decorrência da utilização crescente de multimídias e ferramentas de interação a distância no processo de produção de cursos, pois com o avanço das mídias digitais e da expansão da Internet, torna-se possível o acesso a um grande número de informações, permitindo a interação e a colaboração entre pessoas distantes geograficamente ou inseridas em contextos diferenciados (Alves, 2011).

Ao se refletir sobre a realidade brasileira em termos de configuração, verifica-se que muitos indivíduos passam a vida sem ter acesso à educação, apesar dos avanços nas políticas públicas para a ampliação de vagas. Nesse ambiente de grandes desafios, necessidades e iniciativas direcionadas à educação, especialmente, à educação superior, o acesso às novas tecnologias resultante da tendência mundial de globalização e de uso da Internet trouxe oportunidades diretamente aplicáveis ao ambiente educacional.

Assim, a definição que norteará o presente trabalho será a proposta no decreto 5.622 do Ministério da Educação (2005) que caracteriza a EaD como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

A EaD traz vantagens e desvantagens, dentre os benefícios decorrentes da modalidade a distância, pode-se citar os oferecidos aos empregadores, os quais oferecem ensino de qualidade, promoção profissional ao menor custo possível (Unesco, 1997). Para os governos, o potencial da EaD reside no aumento da capacidade dos sistemas de educação e treinamento, possibilitando: i) alcançar grupos-alvo com acesso limitado à educação e ao treinamento convencional, ii) apoiar e melhorar a qualidade e relevância de estruturas educacionais existentes, na iii) obter maior eficiência financeira na educação e no treinamento iv) promover inovações e oportunidades de aprendizagem permanente (Unesco, 1997). Como desvantagens, a EaD apresenta pouca interatividade entre professores e alunos, a retro alimentação pode ser muito lenta, é mais difícil a retificação de erros nos materiais, avaliações, há mais abandonos que no ensino presencial, entre outro (Rodriguez; Caro, 2002).

Os dados do Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (Abraead/2007) deixam claro que essa forma de educação veio para ficar e que a tendência é de um grande aumento nos próximos anos.

METODOLOGIA

Esse artigo estrutura-se a partir de pesquisa exploratória que, segundo Gil (2008, p.44) "têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, com vistas na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores", por possuir um caráter de sondagem pode envolver levantamento bibliográfico, entrevistas e análises documentais como métodos para o estudo.

As pesquisas exploratórias visam proporcionar uma visão geral aproximada de determinado fato. Quando o tema escolhido é pouco explorado e genérico é necessária uma investigação preliminar que visa seu esclarecimento e possível delimitação. A revisão da literatura e análise de documentos podem ser uma primeira etapa da investigação que possibilitará a formulação de hipóteses mais precisas e operacionalizáveis. O objetivo final é desenvolver um problema mais claro e possível de ser pesquisado utilizando formas mais sistematizadas (Gil, 2008).

Este estudo possui uma abordagem qualitativa e, conforme Minayo (2001), a pesquisa qualitativa salienta os aspectos dinâmicos, holísticos e particulares da experiência humana para compreender a totalidade do contexto do fenômeno. Patton (1986) apud Alves-Mazzoti e Gewandsznajder (1999: 131) ressalta que, no paradigma qualitativo, a principal característica das pesquisas é o fato de que estas seguem a tradição compreensiva ou interpretativa.

As técnicas de coleta de dados utilizadas nesse artigo são a bibliográfica e a documental. Os dados obtidos através da pesquisa documental são coletados de forma indireta, pois, não são aplicados diretamente às pessoas. Essa forma de coleta de dados possibilita ao pesquisador a obtenção de uma quantidade de informações suficientes e com qualidade, evitando assim, perda de tempo e constrangimento.

Gil (2012, p.147), afirma que “Para fins de pesquisa científica são considerados documentos não apenas os escritos utilizados para esclarecer determinada coisa, mas qualquer objeto que possa contribuir para a investigação de determinado fato ou fenômeno.”

Já a pesquisa bibliográfica, é o estudo organizado e embasado em publicações de livros, artigos científicos, entre outros. A pesquisa bibliográfica pode ocorrer em obras primárias ou secundárias. Esse tipo de pesquisa fornece recurso analítico para a observação do problema avaliado (Vergara, 2009).

A análise dos dados pode ser considerada como o momento de se compreender os achados buscando negar ou validar os objetivos traçados no início da pesquisa (Yin, 1989). Nesta pesquisa, busca-se relacionar as informações dos construtos desenvolvimento local, redes de relacionamento, inclusão digital e EaD e os reflexos desse cruzamento no desenvolvimento econômico e social. A sequência em que esses construtos se relacionam pode conduzir a um benefício diferente no desenvolvimento econômico e social. Os construtos estão representados na Figura 1.

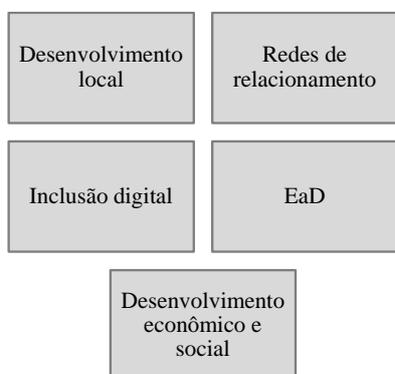


Figura 1: Construtos propulsores do desenvolvimento econômico e social

Assim, este estudo apresenta a discussão temática acerca dos propulsores estruturais para o desenvolvimento econômico e social dos municípios e se classifica como indutiva pois, “parte do particular e coloca a generalização como um produto posterior do trabalho de coleta de dados particulares” (Gil, 2012, p. 10).

DISCUSSÃO E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo busca refletir acerca de algumas variáveis que podem influenciar o desenvolvimento econômico e social dos municípios. As variáveis selecionadas para esse estudo não esgotam as possibilidades basilares para esse desenvolvimento, contudo, a partir das definições teóricas de cada construto foi possível constatar a sua relevância para o progresso econômico e social dos municípios. Notou-se que a presença destes quatro construtos estavam imbricados com o desenvolvimento econômico e social local.

Assim, o presente estudo propõe um modelo normativo para análise das interações entre os construtos selecionados para o desenvolvimento econômico e social local. Os construtos considerados nesse estudo são o EaD, o desenvolvimento local, a inclusão digital, as redes de relacionamentos e o desenvolvimento econômico e social local. Esses construtos apesar de mensuráveis foram aqui considerados e analisados enquanto suas definições teóricas referenciadas nesta pesquisa. Ao analisar as relações teóricas, buscou-se identificar uma ordem de importância ou sequência no relacionamento desses construtos com o objetivo de tentar criar um cadenciamento para a alavancagem econômica e social dos municípios.

Percebeu-se então, que a sequência em que esses construtos se relacionam pode ser definida com base nas prioridades locais de cada município. Isso significa que de acordo com a necessidade local esses construtos estarão organizados e relacionados de diferentes formas. Dessa maneira, há construtos que em um determinado modelo podem ser predecessores (a causa) e em outros sucessores (o efeito). Considerando o exposto, a Figura 2 apresenta a disposição geral das variáveis deste estudo.

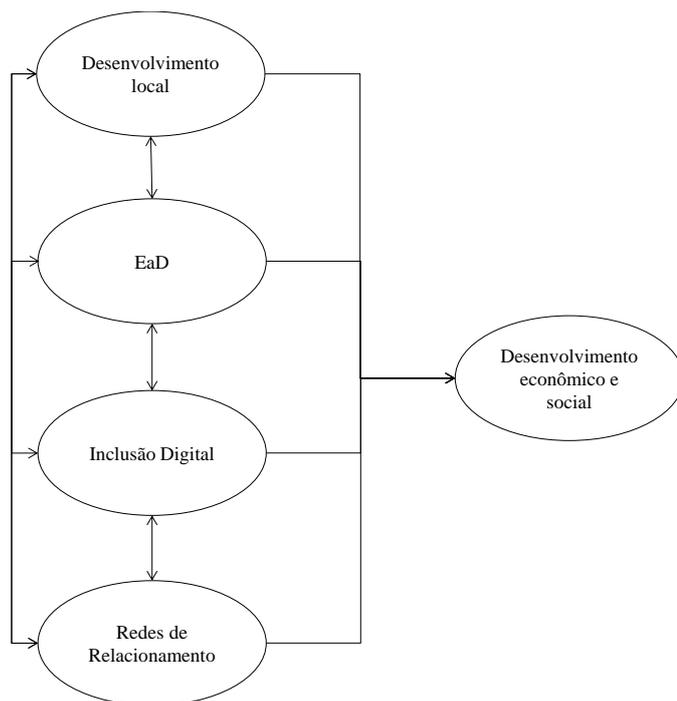


Figura 2: Modelo normativo dos construtos

O construto EaD traz a população maior conhecimento técnico e acadêmico. Esse conhecimento pode alavancar os negócios locais trazendo novas técnicas de gestão, cultivo e/ou produção. Conseqüentemente, também haverá mais lucro e renda para a população do município através da melhoria dos negócios locais.

O construto redes de relacionamento proporciona a ampliação da rede tornando o município mais conhecido e com acesso a informações que não possuía antes. Essa variável pode gerar novos negócios e novos relacionamentos comerciais, trazendo mais lucro e renda para a população do município.

O construto desenvolvimento local traz melhorias no município em que a população está inserida. Essa melhoria gera conforto e satisfação para a população pois, além do crescimento produtivo há a percepção de aumento da qualidade de vida. Ao proporcionar o desenvolvimento local, altera-se também a organização social e aumenta a valorização da população sob o seu ambiente local.

O construto inclusão digital proporciona o acesso a informações que estão disponíveis por diversos meios de comunicação. Entretanto, as condições cognitivas dos habitantes daquele município são primordiais para que essas informações sejam transformadas em conhecimentos.

Nesse cenário, a inclusão digital possibilita uma expansão da informação, a EaD transforma essa informação em conhecimento o desenvolvimento local traz novas

possibilidades de renda para a população e a rede de relacionamentos fortalece e cria novos laços.

O município que de alguma forma busca o desenvolvimento econômico e social precisa contemplar as variáveis desenvolvimento local, inclusão digital, redes de relacionamento e oferta de EaD. Ao relacionar essas quatro variáveis, independente da ordem, o município que a faz terá como resultado benefícios econômicos e sociais para a sua população.

Como resultado da relação desses quatro construtos é possível que o município obtenha: visibilidade, profissionalismo, capacidade técnica e competitividade. Assim, para que seja possível explorar esses benefícios os municípios precisam analisar dentro de cada construto suas potencialidades e fraquezas. Embasados nessa análise é necessário que o município defina a melhor sequência desses construtos, para então definir o seu modelo e traçar o planejamento e a estratégia para o desenvolvimento econômico e social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAEAD - Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (2007). Coordenação: Fábio Sanchez. 3. ed. ,São Paulo, Instituto Monitor, 2007. Disponível em: <http://www.abraead.com.br/anuario/anuario2007.pdf>
- ABREU, D. A., et al. Políticas públicas de inclusão digital. **Cinted-Ufrgs**. Rio Grande do Sul, v.9 (1), 2001.
- ADLER, P., KWON, S. Social Capital: The Good, the Bad, and the Ugly. In: LESSER, L. E. (Org) **Knowledge and Social Capital: Foundations and Applications**. Woburn: Butterworth-Heinemann, 2000.
- AKHRAS, N. F. A inclusão social como projeto científico: uma antologia. **Inclusão Social**, Brasília, v.4 (2), 25-37, 2011.
- ALVES, L. Educação à distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. Associação Brasileira de Educação à distância. **RBAAD** v.10, 2011.
- ALVES-MAZZOTI, A. J., GEWANDSZNAJDER, F. **O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Thomson, 1999.
- ANDERSON, D. R, SWEENEY, J. D., WILLIAMS, T. A. **Estatística Aplicada à Administração e Economia**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

AZEVEDO, E. M. Desenvolvimento local sustentável: os projetos de execução descentralizada no Município de Abaetetuba-PA: Uma experiência bem-sucedida? **Revista Trilhas**, Belém, v.4 (1), 69-84, 2004.

BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

BRASIL. Decreto 5.773 de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 10 maio 2006.

BORGATTI, S. P., & et al. Network Analysis in the Social Sciences. **Science**, v.323, 892-895, 2009.

BURT, R. S. Structural Holes versus Network Closure as Social Capital. In: LIN, N.; COOK, K.; BURT, R. S. (Org) **Social Capital: Theory and Research**. New York: Aldine de Gruyter, 2001.

CHAGAS, G. J. N., MATTOS, F. A. M. Desafios para a inclusão digital no Brasil. **Revista Perspectivas da Ciência da Informação**, v.13, (1), 67-94, 2008.

COELHO, F. D. Desenvolvimento local e construção social: o território como sujeito. In: SILVEIRA, C. M., REIS, L. C. **Desenvolvimento local: dinâmicas e estratégias**. Rio de Janeiro: RITS, 2001.

COSTA, F. J. **Mensuração e Desenvolvimento de Escalas: Aplicações em Administração**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2011.

COSTA, F. L., CUNHA, A. P. G. Pensar o desenvolvimento a partir do local: novo desafio para os gestores públicos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 7, Lisboa, Portugal, 2002.

Disponível

em:

<http://unpan1.un.org/intradoc/groups/public/documents/CLAD/clad0044418.pdf>.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRANOVETTER, M. Ação Econômica e Estrutura Social: O problema da imersão. **RAE-eletrônica**, v.6 (1), Art.9, 2007.

LIN, N. **Social Capital: A Theory of Social Structure and Action**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MATTOS, F. A. M. Os limites da inclusão digital no Brasil. In: ENCONTRO LATINO DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO CULTURA (VENLEPIC). Bahia, nov, 2005.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

MONTARDO, S. P., PASSERINO, L. Inclusão social via acessibilidade digital: proposta de inclusão digital para Pessoas com Necessidades Especiais (PNE). **E-Compós**. Brasília, v.8, 1-18, 2007.

NUNES, I. B. **Noções de Educação à Distância**. Brasília: Intertexto (gestão da informação estudos e projetos), 1994.

PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Legislação da Educação a Distância**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/193-secretarias-112877938/seed-educacao-a-distancia-96734370/12778-legislacao-de-educacao-a-distancia>. Acesso em: 07 de Novembro de 2015.

PORTAL MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO. **Programa Nacional de Inclusão Digital**. Disponível em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/77601.html>. Acesso em: 09 de Novembro de 2015.

RODRIGUEZ, A. G., CARO, E. M. **La formación permanente y el e-learning: la experiencia de los ingenieros de minas de España**, 2002. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10317/981>

SOUZA, Q., QUANDT, C. Metodologia de Análise de Redes Sociais. Redes Sociais. In: DUARTE, F.; QUANDT, C.; SOUZA, Q. (Orgs). **O Tempo das Redes**. São Paulo: Perspectiva, 31-63, 2008.

UNESCO. **Aprendizagem aberta e a distância: perspectivas e considerações políticas educacionais**. Florianópolis: Imprensa Universitária, UFSC, 1997.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. Beverly Hills: Sage, 1989.

LEE, Y., CHOI, J., KIM, T. Discriminating factors between completers of and dropouts from online learning courses. **British Journal of Educational Technology**, 44(2), 328–337, 2013. [doi:10.1111/j.1467-8535.2012.01306.x](https://doi.org/10.1111/j.1467-8535.2012.01306.x)

Recebido em 19 de julho de 2017.

Aprovado em 09 de agosto de 2017.